

Jeferson Luiz Freitas

**Democracia Participativa:
Fundamento à Gestão Escolar**

Joinville – SC

2017

Jeferson Luiz Freitas

**Democracia Participativa:
Fundamento à Gestão Escolar**

Plano de Gestão Escolar apresentado ao Instituto Educacional Santa Catarina – Faculdade Jangada, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, sob a orientação da Professora Msc. Rosana Becker.

Joinville – SC

2017

1 TÍTULO

Democracia Participativa: Fundamento à Gestão Escolar

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Importante marco do processo de abertura política e de redemocratização do país após 21 anos de ditadura civil-militar, a *Constituição Federal de 1988*, em seu art. 205, estabelece, como dever do Estado, o direito universal à educação de qualidade visando à formação integral, ao exercício da cidadania e à preparação para o trabalho. Faz-se necessário, com vistas a alcançar esse objetivo, superar tanto as concepções didáticas que atribuam somente ao professor o papel de sujeito do processo educacional quanto aquelas que atribuam a fatores inatos, ou relativos ao meio social, um peso decisivo aos percursos dos sujeitos nesse processo. Nesse prisma, as *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica* apontam que

O desafio posto pela contemporaneidade à educação é o de garantir, contextualizadamente, o direito humano universal e social inalienável à educação. O direito universal não é passível de ser analisado isoladamente, mas deve sê-lo em estreita relação com outros direitos, especialmente, dos direitos civis e políticos e dos direitos de caráter subjetivo, sobre os quais incide decisivamente. **Compreender e realizar a educação, entendida como um direito individual humano e coletivo, implica considerar o seu poder de habilitar para o exercício de outros direitos, isto é, para potencializar o ser humano como cidadão pleno, de tal modo que este se torne apto para viver e conviver em determinado ambiente, em sua dimensão planetária. A educação é, pois, processo e prática que se concretizam nas relações sociais que transcendem o espaço e o tempo escolares,** tendo em vista os diferentes sujeitos que a demandam. Educação consiste, portanto, no processo de socialização da cultura da vida, no qual se constroem, se mantêm e se transformam saberes, conhecimentos e valores (BRASIL, 2013, p. 16, grifo do autor).

Em consonância com a *Constituição Federal* e com as *Diretrizes Curriculares Nacionais*, a *Proposta Curricular de Santa Catarina* preconiza que o sujeito da formação seja valorizado em seus saberes através de percursos formativos integrados, pois entende que “quanto mais integral a formação dos sujeitos, maiores são as possibilidades de

criação e transformação da sociedade” (SANTA CATARINA, 2014, p. 25). Neste âmbito, a perspectiva histórico-cultural, ao considerar o conhecimento historicamente produzido como patrimônio coletivo e que deve, portanto, ser socializado, fornece subsídios teórico-metodológicos à ação pedagógica. Conforme Vigotski, é através das constantes interações com o meio social que ocorre o desenvolvimento do sujeito humano, sempre mediado pelo outro. Esse desenvolvimento é construído socialmente ao longo do tempo, através da mediação com outros humanos, pois “[...] o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros” (VIGOTSKI, 2007, p. 103).

Ao realizar seus estudos sobre o desenvolvimento das *funções psicológicas superiores*, Vigotski evidencia a natureza social da aprendizagem, demonstrando que essa resulta de um processo que se dá por meio das interações sociais que se estabelecem através da centralidade da relação dialógica entre educandos e educadores. Esse mesmo prisma é partilhado por Paulo Freire, que afirma que são “[...] nas condições de verdadeira aprendizagem [que] os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”. (FREIRE, 2015, p. 28)

Uma das premissas da concepção sócio interacionista reside na compreensão da diversidade como princípio formativo. Faz-se necessário entender que a espécie humana é *sui generis* e que a diversidade é uma das peculiaridades que a caracterizam. Nessa esteira, o acolhimento e efetiva inclusão é condição *sine qua non* ao processo educativo, pois, somente através da inclusão de todos, com suas semelhanças e diferenças entendidas como fator constituinte das identidades, a escola será capaz de contribuir à formação cidadã e à construção de uma consciência de direitos humanos. Entendendo que a cultura compreende as realizações humanas historicamente construídas e que, portanto, assume manifestações tão diversas quanto é diversa a própria sociedade, a escola, visando cumprir sua função social, “[...] deve considerar a diversidade dos alunos como elemento essencial a ser tratado para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem” (BRASIL, 1997, p. 63). Processo contínuo, tomar a diversidade como princípio formativo passa, necessariamente, por visibilizar o outro, assumindo uma postura de alteridade, e implica em uma reflexão e reorganização do currículo e da ação pedagógica. Nesse sentido, a *Proposta Curricular de Santa Catarina* orienta que

[...] definir a “diversidade como princípio formativo” repercute, necessariamente, nos conteúdos, na organização curricular, nos tempos e espaços escolares, no modelo de gestão e avaliação, nos materiais didáticos, na formação inicial e continuada, nas relações humanas, no sujeito da educação e no modelo de sociedade que a escola ajuda a construir (SANTA CATARINA, 2014, 84).

A compreensão de que a aprendizagem é uma construção histórico-cultural fundamentada na diversidade humana é indispensável à formação integral. Com efeito, a formação integral como resultado esperado do processo educacional não será exequível enquanto perdurarem práticas autoritárias e a desvinculação entre uma educação cidadã e os saberes e competências escolares. Nessa ótica, Perrenoud (2005, p. 82) destaca que “[...] a educação para a cidadania e a solidariedade passa por uma imensa democratização da educação escolar”. Considerando que a democracia é também uma construção histórico-cultural, ajudar a construir uma sociedade equânime, com senso republicano, democrático e justo, que valorize a diversidade como princípio elementar do conhecimento histórico e socialmente construído, passa pela democratização dos espaços, tempos e saberes escolares.

Contudo, essa democratização da escola não se resume à eleição de gestores ou da diretoria de associações, conselhos e grêmios: “[...] o critério para se aferir o grau de democratização atingido no interior das escolas deve ser buscado na prática social” (SAVIANI, 2012, p. 77), significando, antes de tudo, a efetiva participação da comunidade no processo decisório. É nesse sentido que vários pensadores destacam a importância de uma espécie de “democratização da democracia”, termo cunhado pelo sociólogo britânico Anthony Giddens, que ressalta a relação entre democracia e participação. Para o autor, um aprofundamento da democracia é imprescindível e “significa promover uma descentralização efetiva do poder” (GIDDENS, 2007, p. 85). Tal processo exige uma quebra de paradigmas,

[...] tendo em conta que a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva, coloca-se a necessidade de se preverem mecanismos institucionais que não apenas viabilizem, mas também incentivem práticas participativas dentro da escola pública. (PARO, 1998, p. 46)

A dimensão de que o conhecimento é uma construção coletiva norteia este plano e implica em assumir a participação como fator condicionante à efetiva gestão democrática, pois sua exequibilidade será tanto maior quanto o for também a participação dos sujeitos de toda a comunidade escolar.

3 OBJETIVO GERAL

Contribuir à formação integral a partir da oferta de uma educação inclusiva e de qualidade, focada nos sujeitos do processo de ensino-aprendizagem, construindo, assim, coletivamente, através da gestão democrática-participativa, uma escola orientada pela e para a alteridade.

4 DIAGNÓSTICO DA ESCOLA

4.1 DIMENSÃO SOCIOECONÔMICA

A Escola de Educação Básica Professor Germano Timm situa-se na Rua Orestes Guimarães, nº 406, no bairro América. Localizada na região Central de Joinville, ao lado do Centreventos Cau Hansen (que abriga a Fundação Cultural de Joinville e a Escola do Teatro Bolshoi), a escola tem em suas proximidades órgãos públicos bem como restaurantes, farmácias e comércio em geral.

Segundo estimativa da Coordenação Pedagógica, 68% dos estudantes são oriundos de outros bairros; em torno de 60% dos nossos estudantes frequentam ou a Escola do Teatro Bolshoi, ou a Casa da Cultura ou, ainda, a Fundação de Esportes, Lazer e Eventos de Joinville – Felej. Além disso, outros 19% dos estudantes trabalham no contra turno. Ademais, cerca de 40% dos estudantes é proveniente de outros estados. Tais características contribuem fortemente à diversidade cultural e à alteridade, mas, por outro lado, dificultam a formação de identidade e do sentimento de pertencimento. Esses fatores limitam o sentido de comunidade atribuído pela clientela escolar: as famílias têm maior participação em ações e eventos na comunidade em que residem, refletindo em dificuldades na integração aluno-família/escola.

Em levantamento realizado pela Coordenação Pedagógica através de questionários preenchidos pelos estudantes entre fevereiro e março de 2016, apurou-se que:

- Em relação à moradia, 63% residem com até 2 pessoas, 22% residem com entre 3 e 4 pessoas e 5% residem com mais de 5 pessoas; 71% tem residência própria, 20% tem residência alugada, outros 1% tem moradia cedida.
- Quanto à constituição familiar, 49% residem com ambos os pais, 29% residem apenas com a mãe, 3% residem apenas com o pai, 6% residem com parentes; outros 11% não residem, ao menos temporariamente, com a família, sendo que 7% residem em casas sociais; 2% residem sozinhos; e, 2% são emancipados.
- Sobre a escolarização do responsável pela família, 11% tem até o Ensino Fundamental completo, 35% tem o Ensino Médio, 24% tem Graduação, 12% tem Pós-Graduação, 4% tem Mestrado e 1% tem Doutorado.
- Em relação à renda familiar, 15 % declararam receber até 2 salários mínimos, 63% entre 2 e 4 salários mínimos.
- Em relação ao acesso aos bens de consumo, 74% declararam que a família possui carro e 88% declaram ter acesso à internet em casa.
- Quanto às etnias, 87% se autodeclararam brancos, 10% negros e 3% de outras etnias.

Não foram colhidas informações referentes às profissões exercidas tampouco dados discriminando a procedência das famílias. Contudo, é inegável que as informações obtidas fornecem subsídios relevantes para o trabalho pedagógico ao apurar uma amostragem da grande diversidade cultural que compõe a comunidade atendida pela escola. Tal fato denota a importância de se conhecer a realidade socioeconômica da comunidade e indica a necessidade e se aperfeiçoarem, continuamente, os métodos de coleta dessas informações.

4.2 DIMENSÃO PEDAGÓGICA

A Proposta Curricular de Santa Catarina é o elemento norteador dos princípios teóricos e metodológicos de nossa unidade escolar. Deste modo, fundamentamos todo o trabalho pedagógico sob a perspectiva sócio interacionista, buscando propiciar ao educando condições para “[...] que este se aproprie do conhecimento historicamente construído e conquiste sua participação plena enquanto cidadão capaz de compreender, identificar e interferir no contexto em que está inserido” (SANTA CATARINA, 2015, p. 17). O delineamento dos objetivos de aprendizagem, dos conteúdos e das respectivas competências que mobilizam, é traçado considerando-se como referencial teórico-metodológico o Projeto Político Pedagógico da Escola, a Proposta Curricular de Santa

Catarina, o Documento de Orientação Curricular com Foco no que Ensinar: Conceitos e Conteúdos para a Educação Básica e a Legislação Federal.

Quanto à metodologia de ensino, considera-se mais adequada à aprendizagem aquela que ajuda a incorporar os novos conhecimentos de forma ativa, compreensiva e construtiva, sendo de fundamental importância o planejamento – entendido como orientador do processo de ensino-aprendizagem por meio de uma relação dialógica entre reflexão-ação-reflexão. Nossa escola considera fundamentais e, portanto, incentiva abordagens didáticas que proporcionem aos estudantes o “contato direto com coisas, fatos ou fenômenos que lhes possibilitem modificar sua conduta em função dos objetos previstos das competências a serem construídas” (SANTA CATARINA, 2015, p. 39).

Nessa perspectiva, a avaliação assume uma função relevante e significativa na prática escolar como instrumento de análise permanente do processo pedagógico, uma vez que indica em que medida os estudantes se apropriam dos conhecimentos trabalhados e permite ajustar o planejamento visando à apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos. Tomando por princípio o aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem, a avaliação deve considerar, de modo contínuo e cumulativo, a apropriação de conhecimentos e o desenvolvimento de competências, sendo atribuída pelo professor do respectivo componente curricular, observando sua apreciação pelo Conselho de Classe e a ocorrência da Recuperação Paralela sempre que o educando não atingir o resultado esperado.

Quanto aos índices de desempenho da unidade escolar, estes são considerados satisfatórios. As tabelas a seguir demonstram os resultados da escola quanto ao Ideb e ao ENEM. Atualmente a escola não oferece turmas dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, de modo que tais dados cessam em 2013.

Evolução do Ideb Anos Iniciais do Ensino Fundamental				
Ano	Aprendizado	Fluxo	Ideb	Meta
2009	6,53	0,99	6,5	5,7
2011	7,36	1,00	7,4	6
2013	7,27	1,00	7,3	6,2

Tabela 1 - Evolução do Ideb. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Fonte: QEdu. EEB Prof Germano Timm: Ideb. Disponível em: <qedu.org.br>.

Evolução do Ideb				
Anos Finais do Ensino Fundamental				
Ano	Aprendizado	Fluxo	Ideb	Meta
2009	5,50	0,87	4,8	4,2
2011	6,07	0,98	5,9	4,4
2013	5,38	0,87	4,7	4,8
2015	5,87	0,91	5,3	5,1

Tabela 2 - Evolução do Ideb. Anos Iniciais do Ensino Fundamental.
Fonte: QEdU. EEB Prof Germano Timm: Ideb. Disponível em: <qedu.org.br>.

Evolução das Notas no ENEM								
Ano	Participantes		Média	Ciências Humanas	Ciências da Natureza	Linguagens e Códigos	Matemática	Redação
	Nº Total	Em %						
2009	46	47%	549,20	520	530	545	519	632
2010	51	59%	535,60	547	493	537	522	579
2011	47	51%	539,20	492	497	548	580	579
2012	43	47%	536,20	551	502	522	547	559
2013	62	64%	536,00	546	497	529	554	554
2014	107	79%	532,20	563	501	530	493	574
2015	96	71%	524,80	569	484	518	475	578

Tabela 3 - Evolução das notas do ENEM.
Fonte: QEdU. Resultado no Enem na escola EEB Prof Germano Timm. Disponível em: <qedu.org.br>.

Embora oscilantes, os índices do Ideb demonstram um perfil de evolução e, com exceção de 2011, mantiveram-se sempre acima da meta para a escola. As notas do ENEM podem ser consideradas boas. O Portal QEdU informa que, em relação às escolas públicas brasileiras da Rede Estadual na edição de 2015, somente 6% têm a mesma faixa de pontuação em Redação e em Ciências Humanas, enquanto apenas 1% se encontram acima disso; em linguagem, os índices são de 15% e 2%, respectivamente. Por outro lado, 40% situa-se na mesma faixa de pontuação em Matemática, enquanto 37% estão acima disso; Em Ciências da Natureza, esses índices são de 51% e 5%, respectivamente. A análise evidencia uma tendência de queda na média do Exame dos estudantes da nossa escola.

As tabelas a seguir apresentam os índices de rendimento do Ensino Fundamental e Médio.

Índices de Matrícula, Reprovação, Abandono e Aprovação Anos Finais do Ensino Fundamental							
Série	Matrícula	Reprovação	Abandono	Aprovação			
2014 101 Estudantes Matriculados							
6º ano	25	0	0,0%	1	4,0%	24	96,0%
7º ano	30	2	6,7%	0	0,0%	28	93,3%
8º ano	46	2	4,3%	1	2,2%	43	93,5%
2015 116 Estudantes Matriculados							
7º ano	32	1	3,1%	0	0,0%	31	96,9%
8º ano	28	4	14,3%	2	7,1%	22	78,6%
9º ano	56	6	10,7%	1	1,8%	49	87,5%
2016 158 Estudantes Matriculados							
6º ano	29	0	0,0%	1	3,4%	28	96,6%
7º ano	18	3	16,7%	0	0,0%	15	83,3%
8º ano	50	5	10,0%	0	0,0%	45	90,0%
9º ano	61	5	8,2%	2	3,3%	54	88,5%

Tabela 4 - Índices de Matrícula, Reprovação, Abandono e Aprovação. Anos Finais do Ensino Fundamental.
Fonte: SISGESC. Demonstrativo da Unidade Escolar.

Índices de Matrícula, Reprovação, Abandono e Aprovação Ensino Médio							
Série	Matrícula	Reprovação	Abandono	Aprovação			
2014 474 Estudantes Matriculados							
1º ano	181	43	23,8%	14	7,7%	124	68,5%
2º ano	149	12	8,1%	4	2,7%	133	89,3%
3º ano	144	12	8,3%	1	0,7%	131	91,0%
2015 418 Estudantes Matriculados							
1º ano	121	28	23,1%	14	11,6%	79	65,3%
2º ano	148	13	8,8%	3	2,0%	132	89,2%
3º ano	149	7	4,7%	9	6,0%	133	89,3%
2016 417 Estudantes Matriculados							
1º ano	171	35	20,5%	8	4,7%	128	74,9%
2º ano	102	9	8,8%	3	2,9%	90	88,2%
3º ano	144	6	4,2%	4	2,8%	134	93,1%

Tabela 5- Índices de Matrícula, Reprovação, Abandono e Aprovação. Ensino Médio.
Fonte: SISGESC. Demonstrativo da Unidade Escolar.

Nestas tabelas, o que mais chama a atenção são os índices de reprovação no 1º ano do Ensino Médio. De acordo com o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, a taxa de reprovação do 1º ano do Ensino Médio em escolas públicas estaduais no ano de 2015, foi de 17,7%, e a de abandono, de 10%. A

análise desses dados evidencia a necessidade de se repensarem práticas e abordagens a fim de que se construam alternativas profícuas, efetivando para esses adolescentes o direito social à educação de qualidade.

Este processo, visando à educação de qualidade, enseja também a dimensão de que a formação continuada de todos os profissionais da educação seja um processo contínuo. É a própria prática pedagógica que exige tal dimensão, reconhecida pela LDB como direito desses profissionais e dever do Estado. Nesse âmbito, a Secretaria de Estado da Educação – SED, através da Gerência de Educação – GERED, desenvolve cursos de capacitação ao longo do período letivo; a Fundação Catarinense de Educação Especial – FCEE, promove cursos e palestras sobre a educação especial e inclusiva; os professores e a equipe pedagógica promovem palestras, seminários e grupos de estudo, que ocorrem periodicamente e/ou a cada reunião pedagógica.

A própria reunião pedagógica se destaca como um espaço privilegiado de formação e/em ação, pois, ao sincretizar diversas perspectivas, enriquece a percepção dos sujeitos sobre o processo educativo entendido de forma ampla. Sua pluralidade característica contribui de sobremaneira à problematização dos processos de ensino-aprendizagem e à construção coletiva de alternativas aos problemas que afetam as diversas áreas do conhecimento no contexto escolar. Ato contínuo, as reuniões pedagógicas ocorrem ordinariamente uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que os professores, a equipe pedagógica e/ou a direção julgar necessário.

A respeito da inclusão, a Declaração de Salamanca, entendendo que todos possuem características, habilidade, interesses e necessidades de aprendizagem únicas, reafirmou o compromisso de educação para todos, estabelecendo o princípio de que o sistema regular de ensino deve providenciar a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades educacionais especiais, enfrentando as situações de exclusão escolar. O conceito de necessidades educacionais especiais, que passa a ser amplamente disseminado a partir dessa declaração, ressalta a interação das características individuais dos alunos com o ambiente educacional e social.

É nesse sentido que a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), apresenta como principal objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. No âmbito estadual, a Resolução Nº. 112/2006 do Conselho Estadual de Educação – CEE, atualizada em 2009 pela FCEE, regulamenta a Política de Educação Especial no Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina.

Inserida nesse contexto, nossa unidade escolar acolhe a todos os estudantes com necessidades educacionais especiais que se matriculam no estabelecimento e demandam Atendimento Educacional Especializado – AEE. Quando realizada a matrícula e informada a necessidade educacional especial, a escola solicita laudo médico emitido por especialista para iniciar o processo de solicitação do segundo professor junto à GERED e à FCEE. A escola conta com uma sala de recursos multifuncionais equipada e preparada para receber alunos com deficiência física, deficiência mental, surdez, cegueira, baixa visão, surdocegueira, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Os atendimentos ocorrem nos períodos matutino e vespertino, individualmente, conforme cronograma de atendimento que visa a especificidade de cada um.

Atualmente a escola atende a 21 estudantes que contam com laudo médico, os quais apontam Transtorno do déficit de atenção com hiperatividade – TDAH, Síndrome de Down, Síndrome de Waardenburg, Síndrome de Asperger, baixa visão, deficiência auditiva, atraso mental, mielomeningocele, artrite reumatoide e transtorno de humor. Desses estudantes, quatro tem direito ao segundo professor enquanto outros dois estão em processo junto à GERED. Seis deles utilizam o AEE. Embora existam indicativos de estudantes com altas habilidades, a escola não conta com uma política pedagógica clara para identificação e atendimento desses educandos.

Em relação ao processo de matrícula, este ocorre antes do término do ano letivo, obedecendo ao calendário estipulado pela GERED e observando a legislação, especialmente o documento “Orientações: Organização e funcionamento das unidades escolares de educação básica e profissional da rede pública estadual”. Na matrícula e durante o ano letivo, os pais e alunos são instruídos sobre a consulta ao Estudante Online para acompanhamento pedagógico bem como em relação ao atendimento na secretaria, direção, coordenação pedagógica e ao atendimento prestado pelo professor durante a hora atividade.

4.3 DIMENSÃO ADMINISTRATIVA

A equipe é composta por 46 profissionais, sendo que 01 professor readaptado atua na biblioteca e 37 professores atuam diretamente em sala de aula. Entre os efetivos, que somam 27 professores e representam 70% do corpo docente, todos são graduados, 63% possuem Pós-Graduação e 7% possuem Mestrado. Entre os Professores Admitidos em

Caráter Temporário – ACTs, 82% possuem graduação. Com exceção de 01 assistente de educação que possui magistério, toda a equipe gestora possui licenciatura e especialização, sendo composta por 01 diretor escolar, 01 assessora de direção, 01 administrador escolar, 03 assistentes de educação e 02 assistentes técnico pedagógicas.

Os profissionais da educação avaliam como boas as condições de trabalho na instituição. Observadas as diferenças teóricas e ideológicas que eventualmente geram atritos, prevalece um ambiente de respeito e cooperação. O plano de valorização contempla ações da SED, da GERED e da própria unidade escolar, sendo desenvolvido através de cursos, capacitações, palestras, entre outros. O atendimento à comunidade escolar ocorre, primordialmente, através dos assessores de educação, das assistentes técnico pedagógicas e do administrador escolar. Os assessores são responsáveis também pelos documentos relativos aos estudantes e professores, que ficam arquivados no formato físico nos arquivos da escola e no digital, no SISGESC.

A democracia como processo, prática e finalidade de toda dimensão escolar enseja transparência e constante avaliação. Nesse sentido, pretende-se ajustar coletivamente a avaliação institucional nos moldes do que é atualmente realizado no pré-conselho, acrescentando-se uma sistematização dos dados melhor elaborada, sua análise e divulgação, pensando-a como um modo de reflexão e intervenção coletiva, democrática e participativa no ambiente escolar.

A adesão ao conselho deliberativo, à Associação de Pais e Professores – APP, e ao grêmio estudantil é consideravelmente baixa e um dos fatores que contribui para isso é o fato de nossa comunidade ser dispersa territorialmente. Um outro fator é a pouca experiência em espaços democráticos de participação. Urge proporcionar tais espaços, incentivando e criando condições para sua ocupação, pois somente desta forma poderemos dinamizar a relação da escola com a sua comunidade e, tomando por base as ideias defendidas por Freire, Giddens, Paro, Perrenoud, Saviani e Vigotski, construir coletivamente uma cultura democrática e participativa.

4.4 DIMENSÃO FINANCEIRA

Os recursos financeiros da escola advêm do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE, PDDE Acessibilidade, Atleta na Escola e Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina – CPESC, além das verbas a título de subvenção social destinadas ao pagamento das serventes e merendeiras. Os recursos são recebidos por meio da APP, que

também arrecada verbas através de doações espontâneas e ações eventuais. A aplicação dos recursos atende às necessidades da escola com custeio, manutenção e aquisição de patrimônio, sendo decididas semestralmente, de forma coletiva, em reuniões abertas à comunidade e que contam com a participação de professores, estudantes, APP, conselho deliberativo e equipe gestora.

4.5 DIMENSÃO FÍSICA

Seguindo o modelo arquitetônico adotado Presidente Getúlio Vargas na década de 1930, a Escola de Educação Básica Professor Germano Timm é a segunda escola pública mais antiga de Joinville, tendo sido fundada em 30 de maio de 1935 como Grupo Escolar Professor Germano Timm. Em 2003, após anúncio de que a escola seria demolida e, em seu lugar, seriam erigidos edifícios residenciais, houve a mobilização da comunidade para que o espaço permanecesse destinado à educação e para que a edificação fosse reconhecida como Patrimônio Histórico-Cultural. O processo de tombamento do bem cultural edificado iniciou-se em 2004, culminando com o registro no livro tomo da Fundação Cultural de Joinville no ano de 2009. Em 2006, enquanto o prédio antigo era desativado, um novo prédio de dois pavimentos e um ginásio de esportes foram construídos.

Atualmente, a escola atende a um total de 598 estudantes nos turnos matutino e vespertino. Sua estrutura conta, no piso superior, com 11 salas de aula destinadas a 6 turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental e 16 turmas do Ensino Médio, além de 1 sala de aula destinada ao AEE, 1 auditório, 1 biblioteca, que divide seu espaço com 1 sala de informática de forma improvisada, e uma banheiro para alunos. No térreo estão instaladas: cozinha e refeitório, coordenação pedagógica, sala dos professores, sala da direção, secretaria, 01 banheiro para estudantes e 01 banheiro para professores. O acesso ao piso superior se dá quase que exclusivamente pela rampa de acesso. Embora por questões de segurança não sejam muito utilizadas, há também 03 escadas, uma no meio e outra em cada extremidade do prédio. O ginásio de esportes conta com uma arquibancada, um palco, dispõe de um vestiário e abriga a sala de Educação Física.

Apesar de novo, o prédio escolar carece de manutenção: a pintura, o paisagismo e a ferrugem nas cercas denotam um ar de abandono; na construção de 1935, reconhecida como Patrimônio Histórico-Cultural, sequer as telhas quebradas são trocadas. Embora o projeto tenha contemplado a instalação de ar-condicionado nas salas, a estrutura elétrica

não suporta sua utilização. Outra demanda é a construção de uma sala de Artes e de um espaço destinado especificamente à sala de informática.

A arquitetura escolar, os espaços e tempos que delimitam, bem como seu estado de conservação, são impregnados de sentidos e de poderes simbólicos que comunicam e educam. Tais características precisam ser pensadas considerando-se os aspectos educativos da cultura material com os quais os estudantes interagem.

5 METAS

METAS
1. Fortalecer a gestão democrática através da participação da comunidade escolar e do protagonismo dos sujeitos do processo ensino-aprendizagem.
2. Fortalecer a APP, o conselho deliberativo e o grêmio estudantil
3. Implementar a avaliação institucional.
4. Inserir a comunidade escolar no processo de construção coletiva das decisões que envolvem o espaço escolar
5. Reforçar as áreas do conhecimento que apresentam baixo desempenho no Ideb e no ENEM.
6. Reduzir os índices de reprovação e evasão escolar.
7. Promover ações educativas sobre o Patrimônio Histórico-Cultural e o Patrimônio Público.
8. Sensibilizar a comunidade escolar para as relações interpessoais baseadas na alteridade.
9. Promover a integração da comunidade com a escola.
10. Adequar o sistema elétrico para o funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado
11. Buscar parcerias para conservação do prédio e do jardim da escola.

Tabela 6 - Quadro de Metas

6 AÇÕES

Dimensão	Dimensão Administrativa
Ação	Fortalecimento da gestão democrática através da participação; Fortalecimento da APP, do conselho deliberativo e do grêmio estudantil; Inserção da comunidade na construção coletiva das decisões que envolvem o espaço escolar; Implementação da avaliação institucional.
Objetivos específicos	Efetivar a gestão democrática fundamentada na participação; Oportunizar e incentivar a participação da comunidade escolar; Valorizar o protagonismo dos sujeitos no processo educacional; Promover ações educativas visando à conscientização e ao incentivo da participação democrática; Descentralizar a tomada de decisões; Conceber a avaliação institucional como instrumento de crescimento; Construir coletivamente uma cultura democrática na escola.
Início	jan/17
Fim	dez/20
Público Alvo	Comunidade Escolar
Recurso	Grupos de estudo, textos de apoio, sala dos professores, auditório, ginásio esportivo, recursos humanos e recursos da APP.
Responsáveis pela ação	Gestores e professores.

Tabela 7 – Ações Dimensão Administrativa.

Dimensão	Dimensão Pedagógica
Ação	<p>Sensibilização da comunidade escolar para as relações interpessoais;</p> <p>Redução os índices de reprovação e evasão escolar;</p> <p>Reforço das áreas do conhecimento que apresentam baixo desempenho no Ideb e no ENEM.</p> <p>Realização de aulas de reforço no contra turno;</p> <p>Promoção de ações educativas sobre o Patrimônio Histórico-Cultural e o Patrimônio Público;</p> <p>Promoção da integração da comunidade com a escola.</p>
Objetivos específicos	<p>Desenvolver a alteridade;</p> <p>Estimular a cooperação e o trabalho em grupo;</p> <p>Assumir uma postura de auto avaliação como processo adstrito à aprendizagem;</p> <p>Diminuir os índices de reprovação, sobretudo no 1º do Ensino Médio;</p> <p>Reorientar a ação pedagógica com foco na aprendizagem;</p> <p>Incentivar a criação de grupos de estudo sobre assuntos em que os estudantes sentem dificuldade e também sobre temas de interesse da comunidade escolar;</p> <p>Promover melhorias nos processos de ensino-aprendizagem;</p> <p>Compreender a escola como espaço coletivo, percebendo-se como parte da comunidade escolar, identificando-se com ela e criando a dimensão de que seus saberes e espaços pertencem a todos e a cada um de seus membros.</p>
Início	jan/17
Fim	dez/20
Público Alvo	Estudantes, professores e comunidade escolar
Recurso	Grupos de estudo, aulas de reforço, material de apoio, sala dos professores, auditório, biblioteca, sala de aula e recursos humanos.
Responsáveis pela ação	Gestores, coordenação pedagógica, professores e estudantes

Tabela 8 – Ações Dimensão Pedagógica

Dimensão	Dimensão Física
Ação	Parceria com empresas, organizações e comunidade para conservação do prédio e do jardim da escola; Adequação do sistema elétrico para o funcionamento dos aparelhos de ar-condicionado.
Objetivos específicos	Proporcionar bem estar aos estudantes e profissionais da educação; Reivindicar junto ao poder público o direito de educar-se em um espaço íntegro; Realizar ações, através da APP, para arrecadar recursos e materiais; Construir parcerias com empresas, organização e comunidade para conservação e manutenção do prédio e do jardim da escola; Adequar o sistema elétrico à utilização dos aparelhos de ar condicionado.
Início	jan/17
Fim	dez/20
Público Alvo	Comunidade Escolar
Recurso	PDDE, CPESC, APP e recursos humanos.
Responsáveis pela ação	APP, conselho deliberativo, professores, gestores, grêmios, comunidade, SDR e GERED.

Tabela 9 – Ações Dimensão Física

Dimensão	Dimensão Financeira
Ação	Gestão dos recursos provenientes dos Governos Estadual e Federal; Captação de recursos junto às empresas, ao governo e às organizações da sociedade civil; Captação de recursos pela APP através de doações, campanhas e ações.
Objetivos específicos	Promover, através da APP, ações para arrecadação de recursos financeiros e materiais; Captar recursos através de projetos desenvolvidos por empresas, governos e sociedade civil. Decidir coletiva e democraticamente as ações prioritárias e a destinação dos recursos.
Início	jan/17
Fim	dez/20
Público Alvo	Comunidade Escolar
Recurso	Material de expediente, sala dos professores, auditório, pátio, ginásio de esportes.
Responsáveis pela ação	APP, conselho deliberativo, professores, gestores, grêmios e comunidade escolar.

Tabela 10 – Ações Dimensão Financeira

7 AVALIAÇÃO DO PLANO

Instrumento orientado pela (e orientador da) práxis pedagógica, este plano de gestão será constantemente avaliado. Tal avaliação se justifica na perspectiva da relação dialógica entre a prática e a teoria, sempre mediada pelo convívio social, fazendo com que, de mero documento, este plano assuma uma dimensão viva e dinâmica no seio da instituição escolar.

Como todo elemento vivo, o planejado se sujeita a mudanças com vistas a se reorientar a partir dos estímulos que obtém do meio. É neste sentido que a avaliação será pensada, processualmente, como uma parte inerente ao próprio plano. Ao final de cada ano letivo, será realizada uma avaliação global através de questionário visando apreender a percepção sobre o que foi alcançado, o que ainda falta alcançar e quais novas demandas surgiram.

Sendo a democracia participativa o fundamento deste plano, é imprescindível que toda a comunidade escolar participe de sua avaliação e discuta os seus resultados, que devem ser apresentados de forma clara e transparente. É por este motivo que o questionário se mostra mais afinado à proposta aqui apresentada, porque é passível de ser tabulado e seus dados podem ser facilmente analisados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este Plano de Gestão Escolar foi pensado como um elemento dinâmico a ser integrado no cotidiano escolar. Entendido de maneira diversa ele não faria sentido. O que aqui se propõe é, em primeiro lugar, subverter a lógica e reconhecer os outros sujeitos que (não) estão inseridos no contexto e na cultura escolares, principalmente os invisibilizados. Esta é a razão pela qual este plano será exequível na mesma medida em que a comunidade, democraticamente, participar da gestão escolar.

A ideia central se estabelece na construção coletiva, dialogada e participativa de um processo educativo que busca uma formação integral, inclusiva e humanizada, fundamentada na alteridade. Tal premissa é indissociável de uma cultura democrática, que por sua vez, só se constrói historicamente, a partir das interações com o outro.

Saliento que, de forma alguma, este plano está pronto! Considerando a pouca experiência democrática do Brasil como República e as nossas próprias relações interpessoais, a proposta de uma gestão democrática e participativa cujas chaves são a alteridade e a cultura democrática me parece a melhor ilustração possível de que “é caminhando que se faz o caminho”. Ou neste caso, é na vivência democrática que se faz democracia.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais**: introdução aos parâmetros curriculares nacionais. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

GIDDENS, Anthony. **Mundo em descontrole**: o que a globalização está fazendo de nós. Rio de Janeiro: Record, 2007.

PARO, Vitor H. **Gestão Democrática da Escola Pública**. São Paulo: Ática, 1998.

PERRENOUD, Philippe. **Escola e Cidadania**: o papel da escola na formação para a democracia. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina**: formação integral na educação básica. [S. l.] : [S. n.], 2014.

____. **Orientação Curricular com foco no que ensinar:** Conceitos e Conteúdos para a Educação Básica. [S. l.] : [S. n.], 2011.

____. EEB Prof. Germano Timm. **Projeto Político Pedagógico.** Joinville, 2015.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia.** Campinas: Autores Associados, 2012.

VIGOTSKI, Lev S. **A Formação Social da Mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. São Paulo: Martins Fontes, 2007.